

CAPÍTULO VII

Disposições finas e transitórias

Art. 113 (Títulos mineiros existentes)

1. Os titulares mineiros e detentores de direitos mineiros à data da entrada em vigor do presente Regulamento passam a reger-se pelas disposições deste, no que respeita à configuração da área do respectivo título em unidades cadastrais.

2. Os pagamentos de quaisquer taxas ou impostos obedecem às tabelas fixadas nos termos da Lei n.º 14/2002, de 26 de Junho, Lei de Minas.

3. É concedido aos titulares mineiros e detentores de direitos mineiros o prazo de um ano para a regularização da configuração da área sujeita a título mineiro nos termos do n.º 1 do presente artigo.

Art. 114 (Regularização de direitos mineiros)

1. Para efeitos do n.º 2 do artigo 47 da Lei de Minas, os titulares de qualquer direito mineiro, devem requerer a atribuição do título mineiro apropriado dentro de um ano a contar da data da entrada em vigor do presente Regulamento.

2. As pessoas singulares, titulares de concessão de água mineral, devem constituir sociedade, no prazo de noventa dias após a entrada em vigor do presente Regulamento.

3. Os requerentes com processos pendentes de títulos mineiros bem como de transmissão ou prorrogação de títulos mineiros à data da entrada em vigor do presente Regulamento, devem reformular os seus pedidos de acordo com as disposições deste, no prazo de 90 dias contados a partir da data de entrada em vigor do presente Regulamento, findo o qual o direito extingue-se não dando lugar a qualquer indemnização.

Art. 115 (Contratos existentes)

As pessoas singulares, colectivas que estejam autorizadas por contratos celebrados com o Estado antes da entrada em vigor do presente Regulamento a levarem a cabo a prospecção e pesquisa ou outras operações mineiras, regem-se pelo disposto no artigo 48 da Lei de Minas.

ANEXOS

Conferir original.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

NOTA INTRODUTÓRIA	5
-------------------------	---

I.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Constituição de 1990, arts. 35-58.....	9
--	---

II.

SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Lei n.º 2/81, de 10 de Setembro	
Lei das Empresas Estatais	17

Decreto n.º 22/87, de 21 de Outubro	
Inserir disposições que permitem dotar de maior competitividade e operacionalidade a estrutura empresarial do Estado.....	31

Lei n.º 17/91, de 3 de Agosto	
Lei das Empresas Públicas	35

Decreto n.º 46/2001, de 21 de Dezembro	
Estatuto Orgânico do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)	47

III.

SECTOR COOPERATIVO

Lei n.º 9/79, de 10 de Julho	
Lei das Cooperativas	59

**IV.
INTERVENÇÃO E PRIVATIZAÇÕES**

Decreto-Lei n.º 16/75, de 13 de Fevereiro Adopta várias providências tendentes a garantir a paz social e o progresso económico de Moçambique	69
Decreto n.º 21/89, de 23 de Maio Regulamento de alienação, a título oneroso, de empresas, estabelecimentos, instalações, quotas e outras formas de participação financeira da propriedade do Estado	75
Lei n.º 3/91, de 9 de Janeiro Determina algumas medidas relativas às obrigações, acções e títulos equivalentes das sociedades anónimas e em comandita com sede neste país	91
Lei n.º 13/91, de 3 de Agosto Determina que as empresas em relação às quais o Estado intervencionou, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 16/75, de 13 de Fevereiro, poderão ser objecto das transformações previstas no artigo 2 da presente lei	93
Lei n.º 14/91, de 3 de Agosto Revoga o Decreto-Lei n.º 19/77, de 28 de Abril, restabelecendo a regra do parágrafo 2º do artigo 166º do Código Comercial	97
Lei n.º 15/91, de 3 de Agosto Estabelece normas sobre a reestruturação, transformação e redimensionamento do sector empresarial do Estado, incluindo a privatização e alienação a título oneroso de empresas, estabelecimentos, instalações e participações sociais de propriedade do Estado	99
Decreto n.º 28/91, de 21 de Novembro Define modalidades de alienação ou privatização de empresas, estabelecimentos, instalações e participações financeiras de propriedade do Estado	109
Lei n.º 17/92, de 14 de Outubro Esclarece dúvidas de interpretação do artigo 16 da Lei n.º 15/91, de 3 de Agosto.	123
Decreto n.º 19/93, de 14 de Setembro Atinente à transformação das unidades económicas de propriedade do Estado em sociedades comerciais de capitais públicos que careçam de personalidade jurídica em virtude de extinção na sequência do processo da sua reversão para o Estado ..	125
Decreto n.º 20/93, de 14 de Setembro Altera e complementa as disposições do Decreto n.º 28/91, de 21 de Novembro ..	127

Resolução n.º 15/2001, de 10 de Abril Política de Reestruturação do Sector Empresarial do Estado	131
V. INVESTIMENTO PRIVADO	
Lei n.º 3/93, de 24 de Junho Lei de Investimentos	137
Decreto n.º 14/93, de 21 de Julho Regulamento da Lei de Investimentos	151
Decreto n.º 62/99, de 21 de Setembro Regulamento das Zonas Francas Industriais	165
Diploma Ministerial n.º 14/2002, de 30 de Janeiro Regulamento do Regime Aduaneiro das Zonas Francas Industriais	177
Decreto n.º 16/2002, de 27 de Junho Código dos Benefícios Fiscais	189
VI. SISTEMA FINANCEIRO	
Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro Lei Orgânica do Banco de Moçambique	209
Lei n.º 3/96, de 4 de Janeiro Lei Cambial	229
Decreto n.º 48/98, de 22 de Setembro Regulamento do Mercado de Valores Mobiliários	239
Decreto n.º 49/98, de 22 de Setembro Regulamento Interno da Bolsa de Valores	281
Decreto n.º 54/99, de 8 de Setembro Regime dos Fundos de Investimento	299
Decreto n.º 56/99, de 8 de Setembro Regime dos Fundos de Investimento de Capital de Risco	311

Lei n.º 15/99, de 1 de Novembro	
Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	317
Decreto n.º 34/2000, de 17 de Outubro	
Regime dos Valores Mobiliários Escriturais.....	349
Decreto n.º 11/2001, de 20 de Março	
Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	361
Lei n.º 3/2003, de 21 de Janeiro	
Lei da Actividade Seguradora.....	393
Decreto n.º 24/2003, de 20 de Maio	
Regime dos Bilhetes do Tesouro.....	419
VII.	
RECURSOS NATURAIS E TELECOMUNICAÇÕES	
Decreto Lei n.º 31/76, de 19 de Agosto	
Define os direitos sobre os recursos económicos do mar adjacente à costa da República Popular de Moçambique	425
Lei n.º 3/90, de 26 de Setembro	
Lei de Pescas	427
Decreto n.º 37/90, de 27 de Dezembro	
Regulamento da Lei de Pescas.....	449
Lei n.º 16/91, de 3 de Agosto	
Lei de Águas.....	457
Lei n.º 4/96, de 4 de Janeiro	
Lei do Mar	481
Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro	
Lei de Terras.....	493
Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro	
Lei do Ambiente.....	503
Lei n.º 21/97, de 1 de Outubro	
Lei da Energia Eléctrica	515

Decreto n.º 66/98, de 8 de Dezembro	
Regulamento da Lei de Terras	535
Lei n.º 10/99, de 7 de Julho	
Lei das Florestas e Fauna Bravia	551
Lei n.º 14/99, de 1 de Novembro	
Lei das Telecomunicações.....	567
Decreto n.º 8/2000, de 20 de Abril	
Regulamento das Concessões de Energia Eléctrica.....	581
Lei n.º 3/2001, de 21 de Fevereiro	
Lei do Petróleo	603
Decreto n.º 33/2001, de 6 de Novembro	
Regime do Licenciamento e Registo de Serviços de Telecomunicações	615
Decreto n.º 35/2001, de 13 de Novembro	
Regulamento Geral da Aquacultura	629
Decreto n.º 12/2002, de 6 de Junho	
Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia.....	643
Lei n.º 14/2002, de 26 de Junho	
Lei de Minas	683
Decreto n.º 28/2003, de 17 de Julho	
Regulamento da Lei de Minas.....	707